

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.817 - CE (2019/0258295-2)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**AGRAVANTE : ALEX ALVES NOGUEIRA**  
**ADVOGADO : PAULO SERGIO RIPARDO - CE016291**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. PRONÚNCIA. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS. COMPROVAÇÃO. SÚMULA N.º 7/STJ. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N.º 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por ALEX ALVES NOGUEIRA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a*, da Constituição da República, manifestado contra o acórdão prolatado no Recurso em Sentido Estrito n.º. 0014180-49.2018.8.06.0001.

Consta nos autos que o Agravante foi pronunciado como incurso no art. 121, § 2.º, incisos II e IV, do Código Penal.

Irresignada, a Defesa recorreu ao Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso em sentido estrito defensivo, em acórdão assim ementado (fls. 690/691):

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO (ART. 121, §2º, II E IV). SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PRETENSÃO DE IMPRONÚNCIA POR AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA DELITIVA. IMPROCEDÊNCIA. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA DEVIDAMENTE COMPROVADOS. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE. PRONÚNCIA NECESSÁRIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.*

*1. Inicialmente, há de se esclarecer que para a prolatação da decisão de pronúncia basta que o juiz se convença quanto a existência do crime e de indícios suficientes de autoria, prevalecendo sempre, nesta fase, o princípio do in dubio pro societate;*

*2. Verifica-se que a decisão recorrida, (fls. 610/617), guarda pertinência e adequação, na medida em que, de forma minuciosa e*

*irreparável, cuidou de averiguar o conjunto probatório e, dentro dos preceitos legais, considerou indubitosa a materialidade do delito e os indícios de autoria, tendo pronunciado o recorrente para ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, como incurso nas penas do art. 121, § 2º, II e IV do Código Penal;*

*3. No caso sob apreciação, a postulação não encontra, nos elementos de convicção até aqui disponíveis, um suporte que autorize ou justifique o acolhimento do pleito de impronúncia interposto pela defesa. Isso porque, havendo indícios suficientes de autoria, como efetivamente há in casu, deve o juiz proferir a sentença de pronúncia em desfavor do acusado, em razão do princípio do in dubio pro societate, o qual prevalece essencialmente no processo penal do júri em fase de pronúncia;*

*4. Em que pese as testemunhas terem alterado suas alegativas perante a autoridade judiciária, aquelas prestadas em sede policial não merecem ser desprezadas quando a análise do conjunto de elementos probatórios corrobora com a primeira versão fornecida. Ademais, como restaram bem evidenciadas, existia um grave temor quanto a possíveis retaliações por parte dos acusados. De forma concreta, como bem situou a autoridade prolatora da decisão, a oitiva do filho da vítima não fora possível em razão da sua não localização, revelando desde o início da persecução penal o temor pela sua vida. Mínima que seja a hesitação a respeito das provas, impõe-se a pronúncia, para que a causa seja submetida ao Tribunal do Júri, juiz natural dos crimes dolosos contra a vida por mandamento constitucional;*

*5. Dessa forma, é incabível a impronúncia por ausência de prova dos o indícios de autoria ou de participação do pronunciado, posto que foram amealhadas evidências suficientes para a admissão da responsabilidade criminal atribuída na denúncia ao ora recorrente, não sendo possível o enquadramento nas previsões dos arts. 414 e 415, inciso II, ambos do Código de Processo Penal, haja vista que, para tal, seria necessária a existência de prova incontroversa, nítida e estreme de dúvidas, o que, como já visto, não é o caso;*

*6. Recurso em Sentido Estrito conhecido, porém, DESPROVIDO."*

Nas razões do recurso especial, sustenta-se, em síntese, ofensa ao art. 381, inciso III, do Código de Processo Penal, pugnando para que seja excluído da pronúncia o nome do Acusado, pois não haveria nenhum indício de que o Agravante teria cometido o crime.

Decorrido o prazo para apresentar contrarrazões (fls.749). Inadmitido o recurso especial (fls. 751/754), adveio o presente agravo (fls. 759/763).

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do agravo para que

seja negado seguimento ao recurso especial (fls. 833/837).

É o relatório.

Decido.

Evidenciada a viabilidade do agravo, prossegue-se à análise do recurso especial.

Extrai-se do acórdão recorrido, que negou provimento ao recurso em sentido estrito defensivo, a seguinte fundamentação (fls. 693/703):

*"Inicialmente, há de se esclarecer que para a prolatação da decisão de pronúncia basta que o juiz se convença quanto a existência do crime e de indícios suficientes de autoria, prevalecendo sempre, nesta fase, o princípio do in dubio pro societate.*

*Assim, malgrado o esforço do recorrente, vê-se que a decisão impugnada encontra-se bem fundamentada e com base nas provas colhidas em instrução. Necessário esclarecer, por pertinente, que o juízo exercido na decisão de pronúncia é de admissibilidade e não de condenação. Por intermédio dela são remetidos os casos à apreciação do Tribunal do Júri, a quem, constitucionalmente, foi concedido o poder de julgá-los. Nesse estágio, sim, o exame das provas é mais aprofundado, os debates buscam a verdade diante das teses conflitantes apresentadas pela defesa e acusação, tendo o colegiado leigo soberania para decidir o destino do pronunciado.*

[...]

*Reportando-me à decisão recorrida (fls. 610/617), verifico a sua pertinência e adequação, na medida em que, de forma minuciosa e irreparável, cuidou de averiguar o conjunto probatório e, dentro dos preceitos legais, considerou indubitáveis a materialidade do delito e os indícios de autoria, e diante dos testemunhos colhidos durante a fase inquisitorial e em juízo, foi o recorrente pronunciado para ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, como incurso nas penas do art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal Brasileiro.*

[...]

*No caso sob apreciação, a postulação não encontra, nos elementos de convicção até aqui disponíveis, um suporte que autorize ou justifique o acolhimento do pleito de impronúncia interposto pela Defesa. Isso porque, havendo indícios suficientes de autoria, como efetivamente há in casu, deve o Juiz proferir a sentença de pronúncia em desfavor do acusado, em razão do princípio do in dubio pro societate, o qual prevalece essencialmente no processo penal do júri em fase de pronúncia.*

*Em que pese o acusado negar veementemente a autoria dos delitos, verifico ser inviável tal acolhimento, posto que a partir do apanhado probatório em questão, restou demonstrada a materialidade*

*do delito e indícios de autoria das condutas pelas quais foi o recorrente foi pronunciado, mormente os testemunhos colhidos durante a fase de investigação policial e judicial.*

*Ressalto ainda que em relação ao fato das testemunhas terem alterado suas alegativas perante autoridade judiciária, àquelas prestadas em sede policial não merecem ser desprezadas quando a análise do conjunto de elementos probatórios corrobora com a primeira versão fornecida. Ademais, como restaram bem evidenciadas, existia um grave temor quanto a possíveis retaliações por parte dos acusados.*

*De forma concreta, como bem situou a autoridade prolatora da decisão, a oitiva do filho da vítima não fora possível em razão da sua não localização, revelando desde o início da persecução penal o temor pela sua vida. Mínima que seja a hesitação a respeito das a, provas, impõe-se a pronúncia, para que a causa seja submetida ao Tribunal do Júri, juiz natural dos crimes dolosos contra a vida por mandamento constitucional.*

*Dessa forma, é incabível a impronúncia por ausência de prova dos indícios de autoria ou de participação do pronunciado, posto que foram amealhadas evidências suficientes para a admissão da responsabilidade criminal atribuída na denúncia ao ora recorrente, não sendo possível o enquadramento nas previsões dos arts. 414 e 415, inciso ambos do Código de Processo Penal, haja vista que, para tal, seria necessária a existência de prova incontroversa, nítida e estreme de dúvidas, o que, como já visto, não é o caso.*

*Em verdade, a sentença de pronúncia baseia-se em juízo de suspeita, e não de certeza, e esse foi devidamente realizado pelo magistrado singular. Havendo dúvida, repita-se, deve o juiz proferir a sentença de pronúncia contra o acusado, em razão do princípio in dubio pro societate, o qual prevalece essencialmente no processo penal do júri em fase de pronúncia.*

*Assim, a reforma da sentença, diante dos fortes indícios de autoria apontados, implicaria um grave malferimento da competência do Tribunal Popular do Júri, pois, diante da probabilidade da prática do ilícito, deixa-se que o Conselho de Sentença conclua quanto à certeza ou não da execução do crime. Não se admite subtrair do Juízo Natural sua competência constitucional de julgar os crimes dolosos contra a vida e de analisar a ação delituosa com todas as suas circunstâncias, concretamente ocorridas.*

*[...]*

*Assim sendo, hei por bem manter em sua integralidade a pronúncia do recorrente Alex Alves Nogueira, como incurso nas sanções do art. 121, §2º, II e IV, do Código Penal, uma vez que nesta fase processual não se exige a prova plena e absoluta, prevalecendo o princípio de que na dúvida se resolve em prol da sociedade, competindo ao Tribunal, com exclusividade, o julgamento."*

Apesar do inconformismo da Agravante, as instâncias ordinárias, após analisarem detidamente as provas presentes nos autos, concluíram pela existência de indícios suficientes da autoria e materialidade delitivas, aptos a autorizar a submissão do caso a julgamento perante o Tribunal do Júri.

Assim, a revisão das conclusões das instâncias ordinárias exigiria aprofundada incursão em matéria fático-probatória, o que não é possível nos estreitos limites do recurso especial, conforme se extrai da Súmula n.º 7 desta Corte Superior.

Nesse sentido:

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA. EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES PARA OS FATOS. NECESSIDADE DE SUBMISSÃO AO TRIBUNAL DO JÚRI. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 7/STJ E 279/STF.*

*1. Havendo elementos indiciários que subsidiem, com razoabilidade, as versões conflitantes acerca dos fatos imputados, a divergência deve ser solvida pelo Conselho de Sentença, evitando-se a indevida invasão da sua competência constitucional.*

**2. 'As alegações dos agravantes no sentido de que não há provas de materialidade e de indícios suficientes de autoria a embasar a decisão de pronúncia, ou de que tenham agido em legítima defesa, reclamam, necessariamente, incursão no acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento, enfatize-se, vedado pela Súmula n. 7 desta Corte, e que não se coaduna com os propósitos atribuídos à via eleita' (AgRg no AREsp n. 1.036.011/SP, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/9/2018, DJe 10/9/2018).**

*3. Agravo regimental desprovido." (AgRg nos EDcl no AREsp 1.383.234/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 21/03/2019; sem grifos no original.)*

*"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO COLEGIADO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 568/STJ. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. VIA INADEQUADA. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS. ANIMUS NECANDI. LEGÍTIMA DEFESA. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.*

**PLEITO QUE DEMANDA REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DELINEADO NOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA MANTIDA. PLEITO DE RECONHECIMENTO DO INSTITUTO DA CONSUNÇÃO ENTRE OS DELITOS DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E DE HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

[...]

**III - As alegações dos agravantes no sentido de que não há provas de materialidade e de indícios suficientes de autoria a embasar a decisão de pronúncia, ou de que tenham agido em legítima defesa, reclamam, necessariamente, incursão no acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento, enfatize-se, vedado pela Súmula n. 7 desta Corte, e que não se coaduna com os propósitos atribuídos à via eleita.**

**IV - No que concerne à alegação de que se configurou o instituto da consunção, nos termos postos na presente irresignação, inexistindo discussão perante o eg. Tribunal a quo quanto ao tema, nos termos mencionados no apelo nobre, seja por ocasião do recurso em sentido estrito, seja por ocasião da rejeição dos embargos de declaração, incide o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF, ante a ausência do indispensável prequestionamento.**

**Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1.036.011/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 10/09/2018, sem grifos no original.)**

**"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 121, § 2º, I, E 211, AMBOS DO CP. TEMPESTIVIDADE. DUPLICIDADE DA INTIMAÇÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. VIA DJE E ELETRÔNICA. PREVALÊNCIA DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. FALTA DE ASSINATURA NO RELATÓRIO DE INQUÉRITO POLICIAL. MERA IRREGULARIDADE. IMPRONÚNCIA. FALTA DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

[...]

**4. Encontrando-se a sentença de pronúncia devidamente fundamentada, desconstituição das premissas fáticas nela assentadas, para reconhecer a inexistência de lastro probatório para a pronúncia e para a inclusão da qualificadora, exigiria revolvimento fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.**

**5. Agravo regimental provido para conhecer do agravo em recurso especial mas negar-lhe provimento." (AgRg no AREsp 1.231.426/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado**

# Superior Tribunal de Justiça

em 14/08/2018, DJe 24/08/2018, sem grifos no original.)

Verifica-se, ainda, que não foi infirmado, nas razões do apelo nobre, o fundamento do aresto atacado, segundo o qual, havendo dúvida, deve o juiz proferir a sentença de pronúncia contra o Acusado, em razão do princípio *in dubio pro societate*.

Assim, não comporta conhecimento a presente súplica, ante o disposto no Enunciado n.º 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."*

Ilustrativamente:

*"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE ABSOLUTA DECORRENTE DE VIOLAÇÃO DO ART. 422 DO CPP. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVO PREJUÍZO. SÚMULA 83/STJ. RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

[...]

*2. A ausência de impugnação específica a um ou mais fundamentos do acórdão impugnado, suficientes por si sós para manter o julgado, atrai a incidência da Súmula 283 do STF, por analogia.*

*3. Agravo regimental improvido." (AgInt no AREsp 1.208.397/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 15/05/2018.)*

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora